

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E
ECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO
ASSENTAMENTO DA FAZENDA EXPERIMENTAL DE
ITALVA/RJ**

**SOCIAL AND ECONOMIC REPRODUCTION STRATEGIES OF
FAMILY FARMERS IN THE ITALVA/RJ EXPERIMENTAL FARM
SETTLEMENT.**

**ESTRATEGIAS DE REPRODUCCIÓN SOCIAL Y
ECONÓMICA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES DEL
ASENTAMIENTO EXPERIMENTAL DE ITALVA/RJ**

Alba de Souza Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos)

vieiraalba@gmail.com

Erika Vanessa Moreira Santos

Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos)

erikamoreira@id.uff.br

Destques

- O estudo analisa as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores inseridos em um assentamento criado em um contexto de reforma agrária do governo de Leonel Brizola (1983-1987).
- Foi possível identificar que a produção leiteira se constitui em uma importante estratégia econômica por ser uma atividade contínua, no entanto, a incerteza do valor arrecadado ao final do mês configura-se como uma desvantagem.
- A interação social e o convívio na comunidade são reduzidos, de modo que não há um núcleo ou ponto de socialização comum dentro da área.

RESUMO

O Assentamento da Fazenda Experimental de Italva foi criado em um contexto de conflitos fundiários, no estado do Rio de Janeiro, na década de 1980. Esta pesquisa tem como objetivo identificar e compreender as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores inseridos neste assentamento. Os procedimentos metodológicos abarcam técnicas de caráter qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa empírica, com o uso de caderneta de campo e aplicação de questionário semiestruturado junto aos agricultores familiares assentados. Os agricultores envolvidos na pesquisa estão inseridos em um assentamento criado em uma propriedade estatal, onde seus antepassados já ocupavam a área. Identificamos que a interação social e o convívio nas comunidades são reduzidos; além disso, a associação, caracterizada como de lavradores, não inclui outros perfis de assentados. As políticas públicas agrícolas foram vistas como adequadas para os agricultores entrevistados, no entanto, para a permanência, é necessário avançar e ampliá-las, considerando as questões educacionais, de saúde e de infraestrutura.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Política pública. Assentamento rural.

ABSTRACT

The Italva Experimental Farm Settlement was established in the context of land conflicts in the state of Rio de Janeiro during the 1980s. This research aims to identify and understand the social and economic reproduction strategies of the farmers embedded within this settlement. The methodological procedures encompass qualitative techniques, including a bibliographic survey, documentary research, and empirical investigation, employing field notebooks and semi-structured questionnaires administered to the settled family farmers. The participating farmers are situated within a settlement established on a public property, where their ancestors had previously occupied the land. It was observed that social interaction and community engagement are limited; furthermore, the association, characterized as composed of smallholder farmers, does not include other profiles of settlers. Agricultural public policies are perceived as appropriate by the interviewed farmers; however, to ensure their permanence, it is necessary to enhance and expand these policies, taking into account educational, health, and infrastructural issues.

Keywords: Family agriculture. Public policy. Rural settlement.

RESUMEN

Asentamiento Experimental de Italva fue creado en un contexto de conflictos fundiarios, en el estado de Rio de Janeiro, en la década de 1980. Esta investigación tiene como objetivo identificar y comprender las estrategias de reproducción social y económica de los agricultores insertados en este asentamiento. Los procedimientos metodológicos abarcan técnicas de carácter



qualitativo, por medio de levantamiento bibliográfico, investigación documental y pesquisa empírica, por medio de cuaderno de campo y aplicación de cuestionario semiestructurado junto a los agricultores familiares asentados. Los agricultores involucrados en la investigación están insertados en un asentamiento creado en una propiedad estatal, donde ellos mismos o sus antepasados ya ocupaban el área. Identificamos que la interacción social y el convivio en las comunidades son reducidos, además la asociación, caracterizada como de granjeiros, no incluye otros perfiles de asentados. Las políticas públicas agrícolas fueron consideradas adecuadas para los agricultores entrevistados, sin embargo, para la permanencia es necesario avanzar y ampliar, considerando las cuestiones educativas, de salud e infraestructura.

Palabras clave: Agricultura familiar. Política pública. Asentamientos rurales

INTRODUÇÃO

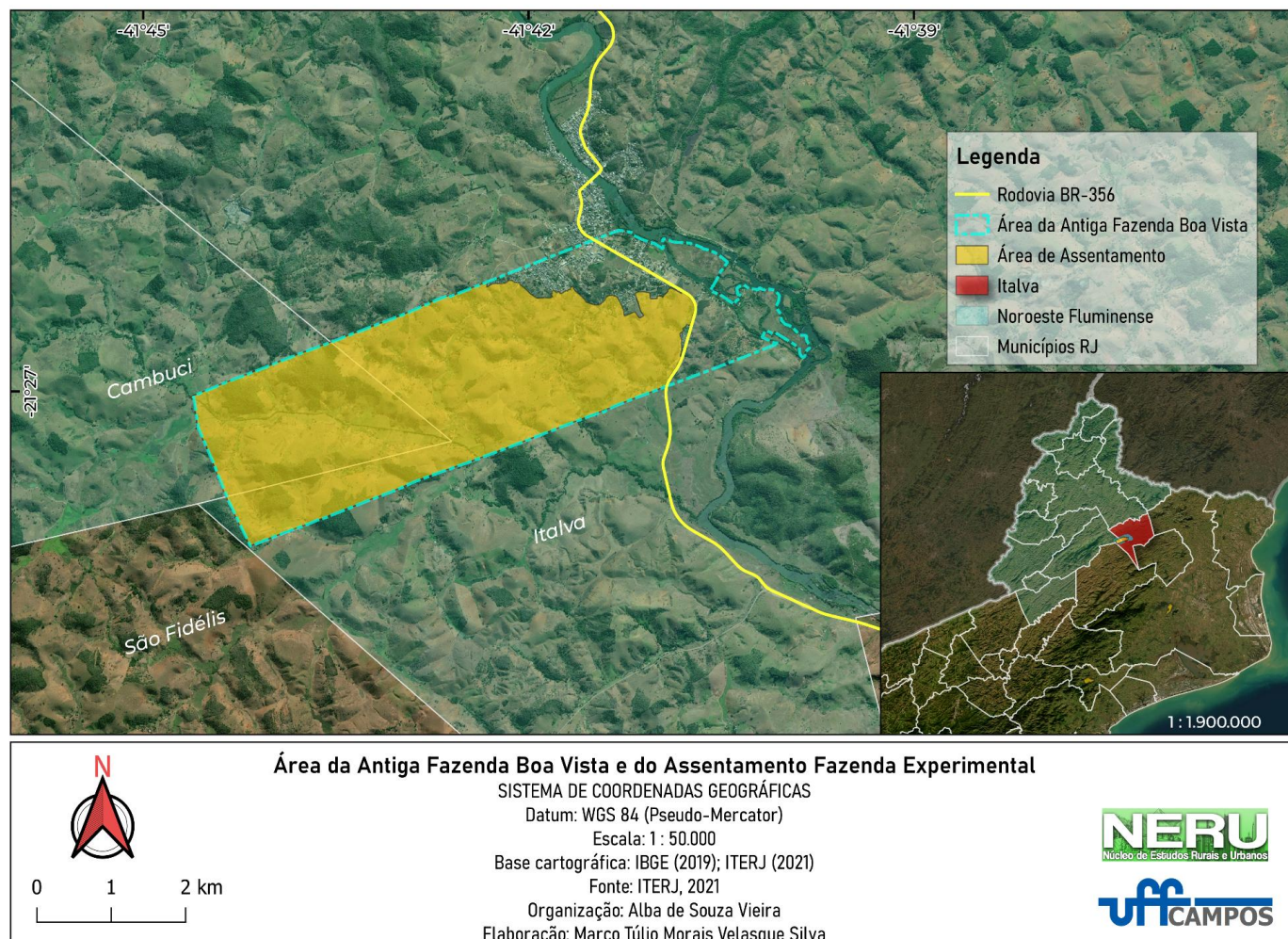
Os agricultores familiares desenvolvem inúmeras estratégias de reprodução social e econômica para permanecer em seus territórios. Muitos questionamentos iniciais foram levantados sobre o cotidiano dos agricultores familiares, sobre a produção da comida que consume no dia a dia, sobre o impacto da intensa saída dos agricultores para morar nos centros urbanos ou sobre a não sucessão familiar.

O objetivo principal deste trabalho consiste em identificar e compreender as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores inseridos no Assentamento da Fazenda Experimental de Italva/RJ, nos anos iniciais do século XXI.

A escolha do tema e do recorte espacial envolvem a busca pela compreensão dos fatos e conceitos que abarcam uma das experiências como a desse assentamento, que integra o espaço rural brasileiro. As escolhas do caminho teórico e metodológico foram feitas para entender o modo de vida dos agricultores familiares, as rupturas e as permanências nesse território em questão. A Figura 1 apresenta o mapa da localização do assentamento estudado.



Figura 1: Mapa de localização do Assentamento no município de Italva/RJ



Fonte: Iterj (2021). Organizado pela primeira autora.

O assentamento está localizado no município de Italva, situado, por sua vez, na Região Noroeste Fluminense. O município possui 13.729 habitantes, ocupa uma área total de 294,8 km e faz limite com os municípios de Cambuci, São Fidélis, Itaperuna, Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira.

O território do assentamento foi construído de forma processual por sujeitos inseridos tanto na história da região, que hoje é intitulada Noroeste Fluminense, quanto nos processos de conflitos pelo acesso à terra, trazendo, portanto, a dimensão das disputas e das formas de controle, ora por parte do Estado, ora por parte dos assentados. Nesse sentido, o artigo tem como centralidade teórica o território e também traz uma discussão sobre as estratégias de reprodução social e econômica na agricultura familiar.



Haesbaert (2007, p. 21) indica que o conceito de território se refere a poder, no entanto, não somente ao “poder político”. “Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Como espaço-tempo vivido, o território é múltiplo e diverso, e não simples e unifuncional, como é colocado pela “lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que [...] não admite multiplicidade sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades”. Dentro dessa perspectiva, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (Haesbaert, 2007, p. 20).

Como esta investigação se dá ao redor de estratégias de reprodução adotadas pelos agricultores familiares assentados, o entendimento das estratégias são cruciais no âmbito da realidade. No entanto, é necessário que haja um aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa. Para Sant’Ana (2011), as estratégias de reprodução sociais e econômicas são diversificadas e se vinculam ao contexto geográfico em que os produtores rurais estão inseridos, ou seja, estão ligadas ao modo de vida dos agricultores, abarcando elementos endógenos e exógenos de maneira espiral, e não como uma linha evolutiva. As estratégias podem ser de diversas naturezas, entre elas produtivas, fundiárias, familiares e institucionais, e estão ligadas ao modo de vida dos agricultores familiares. Sant’Ana (2011) utiliza o conceito de *habitus*¹ do sociólogo Pierre Bourdieu para compreender tais estratégias de reprodução dos agricultores.

No que se refere ao modo de vida, podemos englobar tanto as permanências de tradições, como também rupturas e transformações causadas seja por necessidade interna do cotidiano, seja por influências externas ao meio rural. Sant’ana (2011) aponta que as tradições não devem ser entendidas como apego ao passado e a elementos arcaicos, mas como modo de vida estratégicos dos agricultores.

O conceito de modo de vida é abrangente, não se limita aos indicadores objetivos das condições materiais de vida e trabalho e nem mesmo ao *habitus*, às dimensões que estão incorporadas no modo ser, pensar e agir

¹ “sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas [...] tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas” (Bourdieu, 1974, p. 201-2 *apud* Sant’Ana, 2011, 291).



do indivíduo (ou grupo) e que são resultado dos condicionamentos objetivos; este conceito abrange também um projeto. É o modo de vida que dá sentido às inter-relações entre as estratégias, embora nem sempre seja produto de escolhas racionais e lógicas e, como elemento histórico, esteja em permanente construção (Sant'ana, 2011, p. 292).

Corroborando essa perspectiva, Schneider (2003, p. 114) reforça, em seu texto, que

[...] a reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos.

Em outras palavras, é um processo de decisão que pertence à família, e os resultados podem ser benéficos ou desfavoráveis à sobrevivência.

A pesquisa utiliza procedimentos metodológicos que abarcam técnicas de caráter qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica. Consideramos como documentos as notícias da imprensa, relatórios técnicos, fotografias etc. Destacamos um relatório com finalidade de diagnóstico para intervenção fundiária, produzido pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF), sobre a Fazenda Experimental de Italva de 1989. O relatório da SEAF indica os dados referentes à história da fazenda; a localização; a situação dos ocupantes do período; o uso das terras; traz um diagnóstico agrossocioeconômico; a estrutura referente a estradas, escola, comunicação; os aspectos sociais dos ocupantes, como educação, trabalho e renda, habitação e saneamento, saúde, associativismo; a produção agropecuária e o nível tecnológico utilizado; mercado e comercialização; serviços de apoio à produção.

Observamos, seja em documentos produzidos por instituições que não existem mais, seja em relatórios atuais, produzidos pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que são utilizados termos *técnicos*, como *progresso*, *atraso*, *desenvolvimento rural*, *melhoria da produção*, entre outros. Os termos e as expressões sempre se referem à produção, e não à pessoa que produziu/produz. Era dito que as técnicas empregadas pelos agricultores precisavam ser superadas como a única forma de melhorar as suas condições de vida. Nesse sentido, a utilização desses documentos foi primordial para nossa análise, visto que, mais do que fonte para coletar dados, serviu como



suporte para questionamentos no que se refere a sua produção e aos objetivos nos quais foram confeccionados. Para Bacellar (2008), é necessário conhecer a origem dos documentos e estudar o funcionamento da máquina administrativa para entender o contexto de produção dos documentos.

Para Haesbaert (2006, p. 280), o Estado esteve presente no aumento da produtividade agrícola e na velocidade dos circuitos do capital por meio de políticas públicas, na qual “tornou-se mais frequente a partir do momento em que o governo, representante legal do povo, viu a necessidade de encontrar saídas para que o capital pudesse circular de forma plena pelo território nacional”. Para este autor, o papel de destaque dado ao campo se dá por esta área ser vista “como o lugar a ser desenvolvido, razão do atraso econômico do país e, portanto, *locus* da modernização para a inserção no mercado econômico mundial”.

Já a pesquisa empírica, feita por meio de caderneta de campo e de aplicação de questionários semiestruturados, foi realizada no ano de 2022, estendendo-se até 2023. Nesse sentido, com o fito de não cometer nenhum equívoco e generalizar as afirmações, realizamos a pesquisa de campo com o levantamento de dados, a aplicação de questionários, o uso do caderno de campo, registros fotográficos e conversas informais, junto às reuniões religiosas e a eventos institucionais na EMATER Rio e na prefeitura do município.

A aplicação dos questionários semiestruturados teve como critério de inclusão agricultores que residem no assentamento; o critério de exclusão foi aplicado aos agricultores que não residem e a moradores que não são agricultores. Foram entrevistadas oito famílias, tendo um membro adulto de cada família respondido o questionário.

Além desse primeiro momento contendo a introdução, este artigo está composto de mais duas partes. Na segunda, contextualizamos o processo de consolidação do assentamento em uma fazenda dominada pelas instituições públicas do setor agropecuário do Rio de Janeiro e ocupada por famílias camponesas; de forma sucinta, também foram contextualizados os conflitos fundiários da década de 1980. Na terceira parte, propusemos-nos apresentar as estratégias de reprodução social e econômica, identificadas por meio da pesquisa empírica. As considerações e as referências encerram



o artigo, mas não a temática, possibilitando aos leitores novas inquietações e novos horizontes de pesquisa.

DE PROPRIEDADE PRIVADA À FAZENDA DO ESTADO

Antes de pertencer ao estado do Rio de Janeiro, a fazenda era uma propriedade particular chamada de Fazenda Boa Vista. A área da Fazenda Boa Vista era ocupada por indígenas, da etnia Puri, até o século XIX, e posteriormente passou a ser habitada por pessoas escravizadas, proprietários de terras e trabalhadores livres, que eram colonos² dos fazendeiros produtores de café ou trabalhavam em outras atividades. Rahy (1999, p. 41) aponta que, enquanto parte do estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense foi povoada a partir da cana-de-açúcar e do gado, “o café foi o principal fator de fixação populacional no Vale do Paraíba do Sul, em parte da região serrana e nas bacias dos Rios Pomba e Muriaé”. Na década de 1840, partindo de Cantagalo, o café “propagou-se, mais tarde, por São Fidélis, Itaocara e toda a região sob influência de Itaperuna, constituindo uma zona pioneira de cafezais novos” (Rahy, 1999, p. 42). Nesse cenário, a Fazenda Boa Vista era uma dessas propriedades privadas, de produção de café, ocupada por colonos. Essa área era situada onde estão localizados atualmente os municípios de Italva e de Cambuci.

Com base em uma certidão de 1989, do cartório 4º ofício de Campos,³ foi possível verificar que a Fazenda Boa Vista foi adquirida em 17 de agosto de 1945 pelo governo do estado do Rio de Janeiro, por meio de procuração dos secretários de fazenda e de finanças vigentes. O documento cartorário menciona que o imóvel pertencia a uma empresa de mineração situada na cidade do Rio de Janeiro, de nome Areal e Silva S/A, dos sócios Antônio Dias da Silva e Manoel Francisco Areal.⁴

O documento aponta que, no momento da transmissão da propriedade, a fazenda tinha 332,03 alqueires, um casarão utilizado como sede da fazenda, um armazém,

² Segundo Fausto (2009), este sistema de trabalho é formado por famílias de imigrantes vindas para o Brasil para trabalhar na agricultura, sobretudo para as lavouras de café. No entanto, no caso da região deste estudo, segundo Lamego (2007), estes colonos eram outros brasileiros, vindo de outras regiões do país.

³ Arquivo do ITERJ, Assentamento Cx 01.

⁴ Durante o levantamento documental foi possível apurar que essa empresa, proprietária da Fazenda Boa Vista, era do ramo de extração de mármore, com sede em Niterói. O município de Italva possui Jazidas de mármore.



oitentas casas de colonos, um moinho de fubá, três currais, três fornos de cal, uma serraria com roda d'água e engrenagens, uma oficina mecânica, uma balança com capacidade para 7.500 quilogramas, um desvio da estrada de ferro Leopoldina, uma casa para armazenar cereais dividida em onze séries de tulhas, nove carros de bois e 228000 pés de cafés. O documento indica que o valor da transação foi de dois milhões de cruzeiros. Segundo Aguiar (2014), foi feito um acordo entre o ex-proprietário e o Estado, que garantiu a permanência na fazenda dessas famílias que ali habitavam no ato da compra, ou seja, manteve-se a estrutura de propriedade privada e o sistema de colonato.

Nesse sentido, a partir de 1945, o Estado esteve presente em toda a trajetória dessa área em que hoje é o assentamento, por meio de políticas públicas, em sua maioria políticas agrícolas, ou assistência técnica e extensão rural, através da EMATER Rio e do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e das instituições que as antecederam, como a Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio de Janeiro (ACAR Rio), os Serviços e Insumos Básicos para Agropecuária do Estado (SIAGRO) e a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos SEAF. Para Raffestin (1993, p. 152) o Estado “está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações”.

Fernandes (2009) aborda que a década de 1940 foi consolidada como um marco na história a partir da implementação do Estado Novo, em 1937, e do governo de Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945). Neste período, estruturou-se um projeto cujo objetivo era a recuperação da economia fluminense baseada no incentivo à agroindústria.⁵

O governo investiu na criação da infra-estrutura que viabilizasse a reestruturação das atividades agrárias, reafirmando assim a sua *vocação agrária*. Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo estadual. [...] Os projetos políticos de ação na esfera econômica priorizaram o agro-fluminense. Até mesmo as iniciativas industrialistas de Amaral Peixoto eram incentivadas para o atendimento da estrutura agro-pastoril do estado. Nas décadas de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do

⁵ Segundo Fernandes (2009), um dos participantes era o autor Alberto Ribeiro Lamego, que juntamente com outros autores e obras, como a de seu pai, integrava esta comissão e projeto conhecido como amaralismo, e teve, como sua participação, elaborar a história do estado. “Era a história que podia apresentar as vocações locais onde seriam investidos os recursos do estado para que o dado município pudesse integrar-se no processo de revitalização que se implementava” (Fernandes, 2009, p. 154).



campo e com o fortalecimento de uma liderança, Amaral Peixoto, cujo a força era o interior do estado (Fernandes, 2009, p. 3).

A região de estudo deste trabalho foi incluída neste projeto por meio da criação do Instituto Agrônômico do Norte Fluminense, em 1953. A partir disso, parte dos colonos foram contratados como funcionários do instituto. A intenção da criação de uma fazenda experimental era pesquisa e experimentação no setor agropecuário,

[...] racionalizar a utilização de insumos, máquinas e equipamentos. Além disso, buscavam capacitar os produtores para melhor utilização dos fatores de produção, a fim de aumentar a renda da propriedade rural (Aguiar, 2014, p. 4).

A Fazenda ficou subordinada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado do Rio de Janeiro entre 1945 e 1976. Em 1975, com a fusão dos governos do Rio de Janeiro e da Guanabara, novas empresas foram criadas, entre elas a SIAGRO, criada via o decreto-lei 197 de 15 de julho de 1975. Segundo Novicki (1992, p. 53), a SIAGRO integrava como empresa vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, juntamente com a EMATER Rio, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) e a Companhia Central de Abastecimento (COCEA),⁶ responsável por toda a aquisição de alimentos. A partir de 1976, a área foi administrada pela SIAGRO até a sua extinção em 1985.

O relatório da SEAF, de 1989, aponta que a política de arrendamento agregou os agricultores que ocupavam a área, mantida e intensificada pela SIAGRO. Quando o agricultor utilizava alguma assistência da SIAGRO, seja insumo ou maquinário, 50% da produção era entregue ao Estado – desse sistema é que deriva a forma de chamar o agricultor de meeiro –; caso o agricultor fizesse todas as etapas da produção sem receber ajuda, 30% da produção era entregue (Novicki, 1992). Não há informações mais acuradas sobre o destino dessa produção depois de ser entregue para o administrador.

A SIAGRO era uma empresa pública de insumos agrícolas, cujo diretor/presidente era nomeado pelo governador do Estado. Este tinha interesse apenas

⁶ Foi criada em 1962, pela Lei Estadual nº 173 de 27 de agosto de 1962, a Companhia Central de Abastecimento (COCEA, hoje CASERJ).



nas culturas do milho e do arroz, das quais cobrava a renda; porém, um dos ex-colonos alegou que dava renda, ou seja, entregava parte de tudo que era produzido, até o cultivo de bananas – em tom de recriminação (Aguiar, 2014, p. 103). Segundo Novicki (1992), antes de ser extinta em 1986, a SIAGRO foi acoplada à SEAF no momento que o secretário da SEAF se tornou presidente da SIAGRO. Depois desse período, os patrimônios da SIAGRO, assim como a fazenda, foram integrados à EMATER Rio. Nesse caso, a EMATER Rio tornou-se proprietária de toda a fazenda, incluindo a área do assentamento, mas a administração dele ficou a cargo da SEAF, que, por sua vez, foi substituída pelo ITERJ.

Na década de 1980 a Fazenda foi dividida, tendo como limite a BR-356, para que parte fosse transformada no assentamento e parte continuasse dominada pelo Estado em um período de intensos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO NA FAZENDA DO ESTADO

No ano de 1984, havia uma demanda por acesso à terra na cidade de Duque de Caxias. Nesse sentido, o governo estadual Brizola (1983-1987) tentou resolver a questão da terra, por meio da transferência de 14 famílias para Italva, mas apenas uma pessoa permaneceu na localidade (Novicki, 1992).

Alentejano, Júnior e Silva (2022) dividem os conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro em três fases: a) período ditatorial com controle pelo Estado e forte repressão; b) período pré-1964 e a década de 1980, apresentando características semelhantes, como a participação popular; c) os anos 2000, que foi marcado pela interiorização do movimento, sobretudo no Norte Fluminense, no contexto de crise do setor sucroalcooleiro. Para esses autores, “a dinâmica da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1950 e 2010, é influenciada principalmente pelo avanço do processo de urbanização e pela decadência da agricultura no estado” (Alentejano; Júnior; Silva, 2022, p. 3).

Para Novicki (1992, p. 17), no estado do Rio de Janeiro, deve-se considerar o “maior peso ao seu intenso processo de urbanização que, devido à especulação imobiliária



principalmente na região metropolitana e de interesse turístico, causou a dissolução das formas agrárias de vida e de trabalho e o êxodo”.

Na mesma conjuntura em que acontece uma modernização da agricultura, também ocorreu um processo de êxodo rural, pois um processo ocasiona o outro. Tais processos estão associados às disparidades regionais entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba Médio e as outras regiões no estado, entre os anos de 1940 a 1985, em que é gerada uma concentração setorial da economia

[...] em que as áreas de maior dinamismo econômico foram privilegiadas por sua localização e principalmente por fatores políticos tais como a possibilidade de atrair grandes investimentos públicos infraestruturais (Novicki, 1992, p. 17).

Além de trabalhadores voltados para o setor industrial, essas duas regiões também atraíram pessoas para trabalhos informais, como, por exemplo, vendedores de rua e trabalhadores informais da construção civil, majoritariamente de origem rural.

Segundo Alentejano, Júnior e Silva (2022, p. 9), nesse processo de modernização agrícola, a população da Região Norte Fluminense foi mais impactada no estado do Rio de Janeiro, “com a massiva expulsão de trabalhadores que até então moravam dentro das fazendas para a periferia das cidades da região, em especial Campos dos Goytacazes”.

A década de 1980, período de criação do assentamento, foi marcada pelo fim da ditadura militar, que, para Novicki (1992), foi marcada pela retomada, no cenário nacional, do debate político sobre a questão agrária. Porém, o novo contexto que juntava o processo chamado de modernização da agricultura e a maior concentração da população nas cidades diferia da realidade do país dos anos 1960. No caso do estado do Rio de Janeiro, 92% da população concentrava-se em áreas urbanas nos anos de 1980. Para esse autor, o fator agravante na geração de conflitos fundiários foi “a vocação turística e urbana, atribuída ao estado pelos governos federal e estadual e o desequilíbrio intersetorial da economia fluminense que levou a um processo de decadência do setor primário” (Novicki, 1992, p. 11).

Nesse contexto é criada, em 1982, pelas lideranças dos assentamentos já existentes e em parceria com dirigentes do Núcleo de Agricultores Fluminenses – NAF,



a Comissão Estadual dos Assentados. A principal atuação dessa Comissão foi o estabelecimento do diálogo entre os órgãos que subsidiaram a realização dos assentamentos, ou seja, entre a SEAF, a EMATER Rio e o INCRA.

A década de 1980 favoreceu os avanços importantes relacionados à reforma agrária brasileira.

Foi nesse período que ocorreu uma primeira tentativa de territorialização do MST no Rio de Janeiro. Sendo um movimento de origem camponesa, o Movimento enfrentou a dificuldade de articulação e identidade dos trabalhadores com a terra, em uma unidade federativa com elevado índice de urbanização. Houve grande dificuldade no que se refere ao diálogo entre as lideranças nacionais e estaduais do MST/RJ (Alentejano; Júnior; Silva, 2022, p. 11).

Oliveira (2016) aponta para diversos acontecimentos como o aumento na criação de assentamentos rurais; o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984; a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); por fim, a Constituição Federal de 1988, que trouxe procedimentos sobre a política fundiária e a reforma agrária. Surgem também novos grupos, como os trabalhadores da periferia urbana mediados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesse contexto, segundo Alentejano, Júnior e Silva (2022), a região metropolitana do Rio de Janeiro voltou a ser palco de grande quantidade de conflitos fundiários. No entanto, o perfil das famílias que se envolviam nas manifestações era diferente dos anos 1960; anteriormente eram lavradores, mas, nesta fase, tratava-se de pessoas sem emprego ou subempregadas, que viam que

[...] inserir-se na luta pela terra era uma maneira de fugir dos problemas da cidade, sobretudo no que tange ao alto custo de vida, com relação à moradia, transportes e impostos, num contexto de grave crise econômica e social que marca os anos 1980 (Alentejano; Júnior; Silva, 2022, p. 11).

Segundo Novicki (1992, p. 72), em 1983 foi criado o Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, com o objetivo de solucionar os conflitos fundiários do governo Brizola. Ainda, no final do governo Brizola, em 1986, foi criada a SEAF, tornando-se responsável pelos assentamentos estaduais. Nesse mesmo ano, o Distrito de Xerém, em



Duque de Caxias, foi ocupado por lideranças camponesas vinculadas ao Núcleo de Assuntos Fundiários. Esse local foi escolhido depois da constatação, pelo coordenador do Grupo de Trabalho, de que as terras eram propriedade da Cia. América Fabril, empresa falida, da qual o Banco do Brasil era o principal credor.

No entanto, as terras pertenceriam à União, e o governo estadual não tinha interesse em reivindicá-las em meio a um processo de abertura política pós-período ditatorial. Como solução, foi prometido para os ocupantes que um assentamento seria criado em uma área que já pertencia ao governo estadual, tendo sido escolhida a Fazenda Experimental de Italva/RJ. Segundo Novicki (1992), a Fazenda Experimental de Italva era administrada pela SIAGRO e vinculada à Secretaria de Agricultura. Foi verificado que a fazenda possuía insumos, equipamentos agrícolas e assistência técnica, o que permitia uma aceitação e supria as demandas para a implantação de um projeto de assentamento rural. No entanto, havia pouca atividade relacionada à pesquisa nessa fazenda, notando-se que o “‘experimento’ que vinha sendo desenvolvido pelos governos anteriores era a exploração de aproximadamente 100 famílias de produtores rurais através de contratos de arrendamento, para o cultivo de arroz” (Novicki, 1992, p. 82).

Segundo Novicki (1992, p. 101), foi colocado como empecilho para a criação do assentamento em Italva a origem das famílias da Baixada Fluminense, apontadas, pela população local, como infratoras da lei de áreas periféricas de cidades grandes. Além disso, houve indignação e questionamento em torno do porquê não assentar pessoas da própria região. Ou seja, o conflito já aparece desde antes da implantação do assentamento, com posicionamentos contrários.

Para Novicki (1992), a decisão pelo assentamento em Italva envolveu uma conjuntura de interesses políticos por parte do governo Brizola.

A autorização do governador para assentamento das famílias, e no norte do estado, extrapolando os interesses e compromissos estaduais, estava inserida no projeto de construção de uma imagem político-partidária no cenário nacional, no caso, através de medidas efetivas para encaminhamento da questão agrária, em meio às campanhas pela “Reforma Agrária e Diretas, Já” (Novicki, 1992, p. 103).



A decisão da transferência para Italva ocorreu em março de 1984, com a aprovação de um contrato de arrendamento de dez anos, no qual ficou estabelecido que o governo ajudaria na construção das casas, porém, em troca, as famílias deveriam entregar ao governo uma cota de sua produção. Para Novicki (1992, p. 100), o Governo Brizola legitimava a prática dos governos anteriores de exploração de trabalhadores rurais via contratos agrários. Por fim, apenas 14 das 31 famílias aceitaram a transferência e migraram para Italva.

Segundo Aguiar (2014), as famílias transferidas foram hospedadas durante seis meses no Centro de Treinamento da Emater-Rio (CENTERJ) e receberam, durante o período, uma cesta básica e materiais para construir uma casa para cada família. No entanto, quando terminou o período de adequação de seis meses, muitos retornaram para o local de origem e, dentro de um ano, com exceção de uma família, todos os outros venderam sua posse e também retornaram.

Aguiar (2014) expõe que a vinda dessas famílias, inicialmente, causou um conflito na localidade, tanto pelas famílias que já viviam na terra, quanto pelos fazendeiros da região. Mesmo depois da criação do assentamento, houve uma resistência também por parte da SIAGRO Rio, neste caso, para mudar o modo de operação vigente.

Porém, a partir da criação do assentamento, foi possível a estruturação da associação de lavradores e o encerramento do sistema de meeiros, que entregava parte da produção ao estado. Também ocorreu o estabelecimento do contrato de posse para as famílias que já se apropriaram da fazenda, de forma que cada família assentada poderia ficar na terra por um tempo de 99 anos, com possibilidade de prorrogação.

No entanto, a criação do assentamento gerou uma modificação significativa para os agricultores que já ocupavam a área, a partir da Associação de Lavradores da Fazenda Experimental de Italva – ALFEI, em 1987, e pela descontinuidade nos contratos de meação, não havendo mais a entrega de parte de suas produções para o Estado. Segundo Aguiar (2014), a associação foi a primeira instituição formada depois da emancipação da cidade de Italva. O município foi criado através da Lei n. 999 de 12 de junho de 1986; anteriormente, era o 8º distrito da cidade de Campos dos Goytacazes.

A partir da criação do assentamento da fazenda experimental de Italva, aconteceu uma mobilização para a criação de uma associação, segundo Aguiar (2014),



por incentivo da secretaria executiva da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF). A Associação de Lavradores da Fazenda Experimental de Italva (ALFEI) foi registrada em 1987, composta por 50 famílias associadas, das quais 56% declararam-se como agricultoras. Seu primeiro ato foi suspender o pagamento da renda à SIAGRO. O relatório da SEAF⁷ indica que isso gerou conflitos e houve uma tentativa, por parte da SIAGRO, de reintegração de posse, acusando os ocupantes de invasores. A essa altura, com a criação do assentamento, a SEAF era a responsável pela área dos assentados.

A SEAF interveio em favor dos assentados e o processo foi arquivado. A SIAGRO, mesmo que legalmente proprietária de todas as terras, ficou encarregada apenas da parte da margem direita da BR-356 e o restante foi determinado que seria dirigido pela Associação e pelos próprios ocupantes da área.

Cabe ressaltar que durante a aplicação dos questionários para a realização desta pesquisa, um agricultor relatou que o surgimento da associação foi benéfico, já que trouxe melhoria financeira para os agricultores. Para esse entrevistado, antes havia muito mais trabalho para pouco retorno financeiro, mas, a partir do surgimento da associação, outras melhorias surgiram, como o apoio técnico, programas e o acesso a máquinas agrícolas. Esse entrevistado menciona como principal melhoria a desobrigação de entregar parte da produção para a administração da fazenda experimental de Italva.

A criação da associação e a organização dos agricultores foi crucial no enfrentamento à resistência por parte da SIAGRO, que legitimou a criação desse assentamento, trazendo um fortalecimento para os agricultores, que desejavam permanecer e desenvolver suas estratégias econômicas e de reprodução social nesse novo território, de forma regularizada.

Os agricultores familiares do município são assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER Rio), que é uma empresa responsável pela assistência técnica e pela extensão rural no estado do Rio de Janeiro.

No caso do assentamento, os agricultores também são assistidos e recebem serviços referentes à regularização fundiária do ITERJ, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Habitação, que tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à

⁷ Arquivo do ITERJ, cx 6.



terra – posseiros, sem teto e sem-terra –, intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária.

Segundo Aguiar (2014), como já mencionado, os assentados recebem como título de posse um documento que garante o uso da terra por um prazo de noventa e nove anos, podendo ser renovado por mais noventa e nove, e o direito do uso da terra pode ser passado hereditariamente. O assentado que desistir de morar na localidade não pode vender a terra, mas pode negociar as benfeitorias investidas ao longo de seu tempo de uso, caso se mude do lote.

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA ADOTADAS PELOS AGRICULTORES

Os agricultores familiares adotam as suas estratégias a partir das variáveis endógenas e exógenas, desde o tamanho da família, da área ocupada até acesso às políticas públicas e aos mercados consumidores. A reprodução social dos agricultores familiares das comunidades é viabilizada por múltiplas estratégias. Para Sant’Ana (2011, p. 292), as estratégias são processuais e fluidas e podem ser de diversas dimensões, como produtivas, fundiárias, familiares e institucionais.

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos.

Durante a pesquisa de campo, observamos o funcionamento da associação. Sendo assim, estivemos presentes em reuniões e, em alguns dias, acompanhamos o horário da entrega do leite, pelos agricultores, durante a manhã. Nessas ocasiões, o presidente da associação estava presente e era quem recebia o leite, anotando o nome do associado e a quantidade de leite entregue. Vinte e seis agricultores entregam sua produção leiteira *in natura* na associação, dos quais dois têm a propriedade fora do assentamento.

Já a aplicação dos questionários aconteceu no ano de 2023: foram entrevistados oito agricultores, dos quais três se autodeclararam como pessoas brancas e, cinco, como pardos. A faixa etária dos entrevistados era entre 50 e 88 anos. Todos vivem há mais de 30 anos no assentamento; dentre esses, dois vivem há mais 40 anos e um há



mais de 50 anos. Nenhum entrevistado afirmou que deseja migrar do assentamento. Foi constatado que todos responderam que os seus respectivos graus de escolaridade é o ensino fundamental incompleto. O tamanho médio dos lotes visitados era igual ou menor que o módulo fiscal do município, com doze hectares. Nenhum dos entrevistados declarou que utiliza ou pretende utilizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Foi verificado que o trabalho familiar e a pluriatividade representam importante estratégia de reprodução social para os entrevistados. Em todos os casos, o trabalho empregado nos cultivos é de cunho familiar, feito por casais, sem a participação de filhos. Para Lamarche (1993), a unidade da produção agrícola, da agricultura familiar, tem o trabalho intimamente ligado à família. Os agricultores entrevistados relataram que suas principais atribuições, no dia a dia, são: a) na agricultura: preparação do solo, plantio, adubação, irrigação e colheita; b) na pecuária leiteira: cuidado com os animais, que inclui a vacinação e o preparo da alimentação, manejo diário das vacas que estão em lactação, retirada do leite e transporte da produção diária até o tanque resfriador; c) saber fazer pequenos reparos de construção civil, como manutenção das cercas e de currais; d) saber manutenção mecânica, como reposição de lubrificantes de pequenos equipamentos agrícolas e afiar ferramentas; e) gerir a propriedade e organizar os suprimentos necessários para o seu funcionamento e, por fim; f) o manejo do terreno em si, que não necessariamente significa preparação de solo para receber um plantio.

Para Giuliani (1997, p. 107), os agricultores aparecem como condicionados a um determinado modo de vida, por dois motivos: sua atividade “engloba os espaços produtivo e doméstico como um todo indissociável, a unidade produtiva é sempre confundida com a unidade de residência.” Isso ocasiona uma situação de trabalho “permanente”, sem uma clara distinção de começo e fim; e pelo “fato de dispor de uma unidade produtiva não significa que o exercício da atividade agrícola seja a única identidade do produtor”.

Durante as entrevistas, foram relatadas as multiplicidades de tarefas desempenhadas pelos agricultores. Um entrevistado nos detalhou como é sua rotina durante, aproximadamente, uma semana. Ele disse que acorda aproximadamente às 5h, toma café preparado pela esposa, assim como as outras refeições, e inicia as tarefas pela



*tirada*⁸ de leite, sem ordenhadeira mecânica. Quando termina, deixa os bezerros com as vacas. Em seguida, leva o leite para os tanques da associação de lavradores. Retorna e inicia o preparo da ração das vacas. Por volta de 11h, ele separa os bezerros das vacas para que seja interrompida a alimentação. Almoça geralmente às 11h30 e descansa um pouco. No período da tarde, percorre o *sítio* a fim de resolver as tarefas que estão pendentes, que podem ser cercas precisando de reparos, pequenas ferramentas que precisam de manutenção, organização e verificação se há necessidade de reposição de materiais para os serviços cotidianos. Toma um café da tarde. No fim do dia, é feito o tratamento das vacas, com a ração, já anteriormente preparada. Por fim, janta e, em algumas noites, sai para atividades religiosas na igreja católica ou para alguma atividade na associação; quanto não há, apenas assiste televisão e dorme.

Outro entrevistado relata que acorda cedo, assim que o Sol nasce, toma café, também preparado pela esposa, assim como as outras refeições, e inicia as tarefas da sua *horta* de pimentão. Almoça também por volta de 11h30 e descansa um pouco. Esse entrevistado relatou que o dia a dia do casal é dinamizado de acordo com a fase de sua lavoura. No caso do pimentão, eles adquirem as sementes na Casa Agrícola, localizada em Nova Friburgo/RJ; a esposa prepara as mudas, e ele prepara o solo. Em seguida fazem o plantio e cuidam da adubação e da irrigação, conforme é ensinado pelos técnicos da Casa Agrícola. A fase da colheita e encaixotamento dos pimentões é a mais trabalhosa, segundo ele, pois há a necessidade de ser ágil para não perder a produção. Esse produtor relata que quando está em uma época que a lavoura exige mais do seu tempo e de sua esposa, o dia a dia acontece em torno disso. Quando não há necessidade dessa dedicação, o período da tarde é similar ao relato do entrevistado anterior. Há um tempo para percorrer o *sítio*, também, a fim de resolver as tarefas que estão pendentes e precisam de reparos, manutenção, organização. No caso desse entrevistado, a esposa executa os serviços da casa e do *sítio*. No fim do dia ambos jantam, assistem televisão e dormem. Destaca-se que ambos são aposentados.

Os homens se apresentaram nas entrevistas como os principais responsáveis pela gestão dos lotes no que se refere às decisões tomadas quanto à pecuária e às

⁸ Optamos por utilizar algumas palavras do vocabulário de seu cotidiano, portanto, marcadas em itálico.



estratégias econômicas em geral. No entanto, a participação das mulheres aparece como crucial para o andamento das decisões tomadas. Elas se apresentaram como responsáveis pela produção de pequenos animais e pela agricultura para o autoconsumo, além das tarefas domésticas. Carneiro (2001) aponta que as atividades desempenhadas pelas mulheres, mesmo essenciais para a sobrevivência da família, são consideradas como ajuda, reforçando o patriarcalismo nas famílias rurais.

Os filhos casados não trabalham na propriedade. Apenas uma família possui dois filhos solteiros, que, no momento das entrevistas, moram na área urbana para cursar o nível superior de ensino. Os filhos retornam para a casa dos pais no final de semana, mas também não participam do trabalho familiar.

Segundo Giuliani (1997, p. 107), os agricultores fornecem à sociedade produtos indispensáveis à sobrevivência e suas atividades requerem conhecimentos e habilidades específicas. No entanto, “historicamente os indivíduos que se dedicam à produção agrícola não expressam nenhum reconhecimento social no sentido da profissionalização, nem os agricultores têm demonstrado possuir uma clara identidade profissional”. Para este autor, essa falta de prestígios acarreta um desinteresse dos filhos sobre as atividades laborais no campo.

Para Saquet (2006, p. 60), os agricultores familiares, mesmo sendo donos dos meios de produção e geralmente com baixo nível tecnológico, “são subordinados e explorados pelos agentes do capital, embora, muitas vezes, tenham uma lógica predominantemente de subsistência da família”.

Sobre a agricultura especificamente, foi identificado que os agricultores produzem para seu autoconsumo, para a alimentação dos animais e para a comercialização. No momento das entrevistas, dois agricultores produziam para comercialização, em geral lavouras de pimentão, tomate e berinjela, e enviam a produção para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA), localizada no município de Itaocara/RJ. Dois entrevistados produziam para comercializar, via PNAE, hortaliças, ovos e arroz. Eles destacaram que, no caso das hortaliças, a única forma viável de comercialização é por meio de programas agrícolas, como o PNAE e o anterior Programa de Aquisição de Alimento da Agricultura Familiar (PAA). Os argumentos dos entrevistados giram em torno de serem produtos altamente perecíveis, pouco rentáveis



quando escoados via atravessador e sem valorização pela comunidade local quando produzidos de forma orgânica. Essas questões são minimizadas ou extintas quando há a participação no programa de alimentação escolar.

Cabe ressaltar que os agricultores do município de Italva passaram a acessar o PNAE a partir do ano de 2011. O PNAE garante que o valor destinado à alimentação escolar deve ser repassado diretamente para os estados e municípios. A partir da Lei n. 11.947 de 2009, 30% do valor deve ser direcionado para a compra direta de produtos da agricultura familiar.

Os demais entrevistados relataram desânimo em relação ao programa, sem que houvesse uma menção clara do motivo para tal. De modo geral, as entrevistas revelaram que a inserção nos mercados institucionais ainda é desafiadora para os agricultores familiares devido à complexidade das especificidades burocráticas exigidas pelo programa. Foi relatado também que a seleção dos alimentos para o PNAE baseia-se na aceitação do público infantojuvenil, porém nem sempre é possível atender à demanda de alimentos listada pela chamada pública.

Sobre a pecuária, esta aparece como a principal atividade econômica respondida pelos entrevistados, neste caso a pecuária leiteira. Todas as famílias visitadas criam bovinos destinados à produção de leite e galináceos, sendo estes últimos destinados, principalmente, para o consumo familiar.

A média da produção de leite das famílias visitadas é de 15 litros/dia. Todos os entrevistados relatam que o leite é ordenhado manualmente, sempre pela manhã, pelo homem. A comercialização do leite é feita *in natura*, entregue na sede rural da associação de lavradores e, seguidamente, para a Cooperativa Macuco, localizada no município de Macuco/RJ. Apenas um agricultor resfria o leite no próprio lote e em seguida envia para a Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COPAFI).

Para Sant'anna (2011, p. 15), a pecuária leiteira é uma importante estratégia para os agricultores familiares, por “garantir uma renda mensal (pois tem comercialização garantida), oferecer poucos riscos de queda brusca da produção, ter uma oscilação de preços relativamente previsível e trazer um ganho adicional com a venda dos bezerros”.

Os agricultores entrevistados foram unânimes ao relatar que a vantagem da produção leiteira, para si, é a frequência e a certeza de recebimento pela produção vendida.



Mas, como desvantagem, relataram a incerteza do valor a ser recebido, já que a cotação do leite por litro só é revelada no final do mês. Outra desvantagem é a necessidade da ordenha ocorrer durante todos os dias da semana.

Sobre a organização social, todos os entrevistados são associados à ALFEI; destes, dois estão com os seus cadastros inativos, não participando das reuniões, dois são cooperados da COPAFI e outros dois são sindicalizados pelo Sindicato Rural de Italva. Os moradores que não produzem para comercializar não são associados, portanto, não participam das atividades da associação. Na prática, os assentados que desenvolvem a atividade leiteira são os que mais participam ativamente das atividades. Cabe destacar que a sede da associação está localizada na antiga escola municipalizada Fazenda Grande, da comunidade Ponte de Tábua. As estratégias de organização política são

[...] adotadas para amenizar os problemas relacionados à aquisição de insumos químicos e à comercialização. Eles costumam, em geral, agrupar-se em associações ou cooperativas, duas instâncias bastante diferentes entre si (Moreira, 2012, p. 308).

A respeito das ATERs, durante as entrevistas propriamente\ não houve críticas sobre esse serviço recebido: um entrevistado disse contar assiduamente com assistência técnica da EMATER Rio e do ITERJ. Em dois casos, os entrevistados relataram que utilizam apenas a assistência técnica oferecida pela Casa Agrícola de Nova Friburgo/RJ, que, por sua vez, comercializa os insumos e ensina como utilizá-los. Os demais entrevistados indicam que recebem assistência técnica de forma eventual, em períodos específicos de programas agrícolas, como o Conexão Mata Atlântica, ou por meio de eventos realizados pelo escritório local da EMATER Rio. Um entrevistado mencionou, durante a pesquisa empírica, que teve seu lote regularizado em decorrência dos serviços prestados pelos técnicos do ITERJ.

No que se refere aos momentos de lazer e sociabilidade durante as entrevistas, houve similaridade nas respostas. Ao perguntar se frequentam algum tipo de lazer dentro do assentamento, foi relatado que participam de festas particulares, como aniversários infantis, churrascos em agradecimento a alguma conquista e encontros religiosos festivos, como o dia da Padroeira da igreja católica. Ressaltamos que os entrevistados se declararam católicos, ao passo que apenas um alegou não ter religião. Durante a pesquisa



de campo, foi observado que as localidades não possuem um núcleo com aglomeração de residência, praça, igreja, comércio. Em todas as entrevistas apareceram queixas em relação às transformações, em relação ao passado, na forma de lazer que existia dentro do assentamento e nos encontros sociais, quando aconteciam torneios de futebol e bailes.

Sobre os tipos de lazer fora do assentamento, foi relatado que os entrevistados frequentam festas particulares, encontros religiosos festivos, festas públicas realizadas pela prefeitura na sede do município e encontros festivos da EMATER Rio. Todos relataram que não realizam viagens que necessitam da permanência de mais um dia, pela dificuldade de encontrar quem ordene as vacas. Quando ocorre uma viagem, geralmente o homem permanece sozinho na propriedade para realizar essa tarefa.

Os entrevistados responderam que costumam ir à sede do município em torno de duas vezes ao mês, seja para realizar acesso a serviços, como cabeleireiro, e acesso ao comércio. Sobre a utilização de serviços médicos, os homens responderam que utilizam apenas quando é necessário; as mulheres responderam que frequentam as consultas de rotinas anuais e também quando for necessário. A forma de acesso do serviço de saúde é feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou por pagamento particular.

Os principais desafios observados para os agricultores entrevistados, durante esta pesquisa, referem-se à sucessão hereditária, ao envelhecimento da população de modo geral e à organização social. Foi verificado que as dificuldades mencionadas conciliam-se entre: a) baixa escolaridade dos agricultores; b) falta de mão de obra; d) inexistência de assistência à saúde; e) baixa oportunidade de sociabilidade e lazer dentro do assentamento; f) inexistência de uma associação de moradores; dentre outras.

Sobre o desafio relacionado à sucessão familiar, foi apurado que apenas um entrevistado possui filho solteiro, residindo na mesma casa. Um entrevistado possui um filho casado que mora em outro lote do assentamento, no entanto seu filho exerce um trabalho na cidade; utiliza o lote como residência e, o restante, como pastagem para gado de corte. Um entrevistado tem filhos solteiros, que residem na cidade para frequentar uma instituição de ensino superior em outro município. Todas as outras famílias possuem filhos casados que residem fora do assentamento e não há entrevistados com filhos em idade escolar de ensino básico. Ressaltamos que a escola Estadual Municipal Fazenda



Grande foi fechada no início dos anos 2000. Todos os entrevistados ou estudaram ou tiveram filhos que estudaram nessa escola.

Quando perguntados se os filhos têm planos de continuar exercendo as atividades do lote, dois entrevistados responderam que acreditam que os filhos utilizarão apenas para gado de corte, já que não há interesse e/ou oportunidade para se manterem, no presente, com agricultura ou pecuária leiteira. Três responderam que imaginam que os filhos utilizarão o lote apenas para lazer e que provavelmente os filhos alugarão parte da propriedade para vizinhos que desenvolvem a pecuária de corte ou leiteira. O restante não soube responder.

Sobre o desejo que seus filhos continuassem na propriedade exercendo as atividades, cinco responderam que sim, por considerarem a propriedade como parte de suas histórias. Além disso, três comentaram que as oportunidades que surgem atualmente em relação à política pública para a produção agropecuária são melhores em comparação à época em que eram jovens. Os demais entrevistados responderam que não desejam, pela dificuldade que é retirar sua sobrevivência das atividades exercidas no lote.

Além das migrações das famílias das comunidades estudadas em direção à cidade, a não sucessão da propriedade rural por parte dos filhos é um desafio para as famílias que permaneceram nas comunidades. Para Dalcin e Troian (2009, p. 7), a tendência migratória dos jovens se relaciona com a visão negativa da atividade agrícola e a busca nas cidades por novas oportunidades profissionais e pessoais. Para os autores, há uma dicotomia entre a tradição familiar, em que a propriedade rural está vinculada ao convívio familiar, e a busca de melhoria de futuro, como educação, trabalhos lucrativos e sociabilidade urbana.

Para os técnicos da EMATER Rio e do ITERJ, as localidades vizinhas sofrem mais intensamente com o nível do despovoamento do que com o assentamento, já que há áreas no município de Italva em que é possível percorrer quilômetros sem encontrar uma residência ocupada.

O assunto relacionado ao acesso e ao desenvolvimento das políticas públicas, em alguns casos, foi recebido com resistência. Destacam-se três principais motivos: a) o acesso e o andamento das políticas são viabilizados pelos institutos que desempenham o papel de ATER no assentamento que, por sua vez, trazem em seus quadros de servidores



peças conhecidas das localidades estudadas; b) as políticas públicas proporcionam recursos financeiros, e este é um assunto complexo para ser aprofundado; c) como já mencionado, a pesquisa empírica foi realizada nos anos de 2022 e 2023, ano eleitoral, seguido da transição do governo federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os agricultores familiares enfrentam inúmeros problemas, como dificuldades na produção e no escoamento, dificuldade de acesso às políticas voltadas para o meio rural, inexistência de assistência comunitária, como escolas e atendimento à saúde etc. Para entender os processos, os desafios, as práticas sociais e econômicas dos agricultores familiares inseridos no assentamento da fazenda experimental de Italva, compreender o funcionamento deste território foi preciso para identificar e analisar as distintas estratégias de reprodução empregadas pelos agricultores assentados.

A análise das estratégias de reprodução foi pautada na perspectiva de que elas estão vinculadas ao contexto geográfico em que os sujeitos estão inseridos. Neste caso, os agricultores envolvidos na pesquisa estão inseridos em um assentamento criado em uma propriedade estatal, onde seus antepassados já ocupavam a área.

A partir da análise bibliográfica e documental foi possível contextualizar o espaço em que o assentamento foi criado e constatar que se trata de uma fazenda que era privada, até o ano de 1945, ocupada por colonos. Esse espaço foi desapropriado pelo governo do estado do Rio de Janeiro para ser uma fazenda de modelo experimental. Posteriormente, na década de 1980, a fazenda, que nesse período era ocupada por meeiros, foi escolhida pelo governo Brizola (1983-1987/PDT) para se tornar assentamento.

Ao evidenciar a trajetória histórica da formação do assentamento, foi possível constatar que sua criação propiciou a formação da associação de lavradores. A organização dos agricultores foi uma importante estratégia no enfrentamento às ações do Estado do Rio de Janeiro, via SIAGRO, de recolhimento de parte da produção dos agricultores, e possibilitou a legitimação da criação desse assentamento. Isso trouxe um



fortalecimento para os agricultores, que desejavam permanecer neste novo território, agora organizado pela ALFEI.

Por meio da pesquisa empírica tornaram-se evidentes quatro aspectos. Primeiramente, percebe-se que as políticas públicas atuais não ocorrem de forma homogênea para todos os agricultores. Além disso, é notável que a interação social e o convívio na comunidade é reduzido, de modo que a comunidade não tem um núcleo ou ponto de socialização em comum dentro da área; também cabe mencionar que a associação, caracterizada como de lavradores, não inclui outros perfis de assentados. Ainda nesse sentido, é possível destacar que o assentamento não conta com escolas ou acesso à educação em seu território. Por fim, tem-se que as políticas públicas agrícolas são consideradas como adequadas, pelos agricultores entrevistados, para as suas realidades; no entanto, para a permanência, é necessário avançar e ampliá-las para políticas públicas territoriais, em direção a um funcionamento para além da produção e da comercialização.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R.; JUNIOR, J. A.; SILVA, L. G. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEOfographia**. Niterói, vol. 24, n. 52, p. 1-25, 2022.
- AGUIAR, Monique, “Terras do Estado”: “rompendo a distância” e distribuindo recursos. *In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. 2014, Natal.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 23-80, 2008.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- DALCIN, D. TROIAN, A. Jovem no meio rural: a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. *In: I Seminário Nacional Sociologia e Política*. UFPR, Curitiba. I Seminário Nacional Sociologia & Política, 2009.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERNANDES, R. A. **Entre História e Folclore**: reflexões sobre a (re)construção da identidade fluminense nas décadas de 1940 e 1950. 2009. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.
- GIULIANI, G. M. A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 102-126, out. de 1997.



HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

LAMARCHE, H. O trabalho agrícola familiar: uma abordagem em termos de reprodução social. *In*: ABRAMOVAY, R. (Org.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica**: as experiências da França e do Brasil. São Paulo: EDUSP; Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1993. p. 27-56.

LAMEGO, A. **O Homem e a Serra – Setores da Evolução Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MOREIRA, E. V. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

NOVICKI, V. **O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro**: primeiro governo Brizola (1983-1987). 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, L. C. **Encontros e desencontros entre legislação ambiental e assentamentos rurais**: os dilemas em torno das áreas de preservação permanente e reserva legal nos projetos de assentamento Emiliano Zapata e Flávia Nunes, Uberlândia - MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAHY, I. S. Povoamento do Estado do Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, Revista do Departamento de Geografia UERJ. Rio de Janeiro, n. 6, p. 37-43, 2º semestre de 1999.

SANT'ANA, A. L. Estratégias dos agricultores familiares: entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização. **Retratos de assentamentos**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 283-304, 2011.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60- 81, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. p. 99-121, fev. 2003.

Recebido em setembro de 2024.

Revisão realizada em julho de 2025.

Aceito para publicação em outubro de 2025.

